



ENTREVISTA CONCEDIDA PELA PROFESSORA ELOÍSA ACIRES CANDAL ROCHA¹ PARA LUCIANE PANDINI SIMIANO²

Luciane Simiano: A promulgação da recente Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, traz mudanças significativas que acarretam na Educação Infantil. Entre as alterações desta lei podemos citar a compulsoriedade da frequência à pré-escola, que impõe aos pais a obrigação de matricular seus filhos de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. Em sua opinião, quais seriam os principais impactos desta questão na educação das crianças de 4 e 5 anos e quais os desafios impostos à identidade da creche neste contexto?

Eloísa Rocha: Podemos conversar a respeito dessa questão sob duas formas: uma política e uma pedagógica, tendo uma influência sobre a outra. Do ponto de vista político, esta questão pode ser considerada um avanço à medida que garante e amplia a oferta de vagas para crianças em idade pré-escolar. Porém, é preciso certo cuidado, uma vez que isso pode vir a dificultar a ampliação da oferta da educação de crianças de zero a três anos. Frequentemente as políticas educacionais que marcam a priorização de um setor do sistema educativo acabam esquecendo ou abandonando outros. Sendo a creche parte da educação básica, ela acaba não tendo uma atenção diferenciada, por não pertencer à faixa de matrícula obrigatória. Do ponto de vista pedagógico, a questão que se coloca em pauta é qual o objetivo que se pretende com esta medida? Isso traz à tona a pergunta sobre qual é a função da Educação Infantil, colocando em debate a própria definição do que é a escolarização e o que é a educação. À medida que a pré-escola se torna obrigatória, tende a haver uma identificação de sua finalidade com a do Ensino Fundamental. Não diferenciar estas funções pode acarretar numa grande dificuldade para demarcar os objetivos da prática pedagógica na Educação Infantil, contrariando a ideia da lei, que justificativa esta medida, do ponto de vista pedagógico, como uma oportunidade para as crianças estenderem seu tempo educativo. A base legal deste debate é que a educação de 0 a 6 anos se não denomina

¹ Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora da área da Educação Infantil com larga experiência na formação docente.

² Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina, pesquisadora da área da Educação Infantil, doutoranda em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ensino Infantil, mas sim *Educação Infantil*, anterior ao Ensino Fundamental, com finalidades e características diversas.

Luciane Simiano: Poderias detalhar um pouco mais a esse respeito? Em que consiste e quais seriam, em sua opinião, as características e especificidades de cada segmento? Por que a utilização dos termos, *ensino* para as crianças maiores e *educação* para as menores?

Eloísa Rocha: Penso que a educação antes da escola deve se comprometer com as bases da formação humana, para além de uma preocupação pedagógica restrita às aprendizagens tipicamente escolares. Assim, a Educação Infantil deve se preocupar com a expansão e diversificação das experiências, que resultam em aprendizagens e conhecimentos, mas não ao contrário. O temor é que a obrigatoriedade de matrícula aos 4 anos possa representar sinônimo de escolarização, retomando, assim, rotas ultrapassadas de uma mera antecipação da alfabetização, na forma tradicional, ignorando o processo de constituição da linguagem que integra a formação humana. A apropriação de diferentes formas de linguagem, como a linguagem escrita, precisa ser compreendida como uma consequência social. Então, minha preocupação e de outros pesquisadores é que esta atitude propedêutica ou preparatória se torne hegemônica no meio pedagógico, inclusive antecipando fracasso escolar.

Luciane Simiano: Em sua opinião, estas mudanças poderiam então levar ao agravamento da antecipação da escolaridade, fazendo com que haja uma organização de currículos rígidos e testes de avaliação de aprendizagem na Educação Infantil?

Eloísa Rocha: Sem dúvida, uma indevida centralidade aos conteúdos de aprendizagem na educação das crianças pequenas pode levar à restrição de seu currículo a aprendizagens escolares, tais como pré-requisitos de domínios cognitivos elementares. Uma rigidez curricular na Educação Infantil leva, conseqüentemente, a secundarizar processos importantes da constituição humana, tais como a brincadeira, as interações e a linguagem. A avaliação de aprendizagens isoladas segue esta mesma linha de preocupações, pois dirige a ação educativa para a terminalidade, e não para as bases do processo de apropriação cultural.

Luciane Simiano: No planejamento de ações e organização do cotidiano em instituições educativas é possível observarmos, muitas vezes, uma disparidade entre o que é proposto

pelos adultos e o que é vivido pelas crianças. Poderias colocar aspectos de seu ponto de vista a respeito desta questão?

Eloísa Rocha: Bem, na verdade, vejo todo processo educativo como um processo social que envolve confronto de lógicas, das crianças entre elas, dos adultos entre eles, e entre ambos, lógicas adultas e infantis. Esse confronto de lógicas só acontecerá se houver uma intencionalidade educativa. Então, se os professores ficarem o tempo todo conversando entre eles, e as crianças entre elas, não haverá uma aproximação de significações. A produção partilhada de sentido, ou seja, de cultura, se efetiva se houver uma pedagogia que dê lugar para esse confronto de lógicas e de cultura. Acredito que não há emancipação pela via do silenciamento, nem pelo controle da ação. Ainda que em toda e qualquer prática educativa haja algum controle da ação, algum silenciamento e alguma subordinação, sabemos que desta posição à liberdade de expressão ou participação, existem várias possibilidades. Não há só um ou outro caminho: subordinação – liberdade; espontaneísmo - coerção do professor ou dominação - participação. O que precisamos é olhar para a relação entre esses polos. Vemos, nas instituições de Educação Infantil, um cotidiano com rotinas rígidas, voltadas para a alimentação, ou higiene, que permitem um ou dois momentos de brincadeiras e uma *atividade pedagógica*. Há uma indefinição ou incompreensão sobre o que é educativo no âmbito da Educação Infantil. Então, por essa indefinição - e isto já é antigo na Pedagogia, ou prevalece uma prática voltada para a assistência ou uma prática para a antecipação da escola, e seus conteúdos básicos: numerais, cores, etc.

A ideia é de que só é educativo aquilo que se apresenta no formato de aula e de ensino unilateral, como transmissão e assimilação. Tem transmissão em todo o processo educativo? Sim, há transmissão. Porém, como é que a criança se coloca nesta relação? Não meramente como assimiladora. Se há transmissão por parte do adulto, há para a criança uma apropriação. Desta forma, é possível pensar nas relações educativas como relações horizontais entre adulto-professor e criança- aprendiz e em constituição.

Luciane Simiano: Colocas sobre o estabelecimento de relações educativas horizontalizadas, isso requer pensarmos a participação social das crianças nos espaços coletivos de educação. No teu ponto de vista, qual é o lugar que as crianças ocupam na relação educativa?

Eloísa Rocha: Há algum tempo nos propusemos a buscar a contribuição de outras áreas para pensar a educação das crianças pequenas. Nesse exercício, nos deparamos, então, com a Sociologia da Infância, que veio trazer para nosso grupo de pesquisa uma perspectiva de ruptura conceitual, que já percebíamos como ausências. Com a Sociologia da Infância passamos a afirmar a criança como partícipe social e cultural. Com isso, encontramos possibilidades de redefinição do lugar da criança na relação adulto-criança, passando a buscar conhecê-las a partir delas mesmas e de suas produções culturais. Isto não significa que conhecer as crianças se dê de forma isolada, com numa redoma de vidro. As críticas neste sentido são resultado de leituras aligeiradas, porque nenhuma tendência, nenhuma corrente teórica dentro da Sociologia da Infância pressupõe um isolamento das crianças, muito pelo contrário, a sociologia colabora para compreensão da infância no contexto social.

Com relação à questão da horizontalidade, a busca de diálogo com outras áreas para ampliar o olhar estritamente pedagógico acabou colocando, também, a reflexão sobre o lugar da criança na Educação Infantil como consequência da retomada do lugar da criança na própria educação. Na Educação Infantil a verticalidade é inevitável, porque nós somos adultos e sempre seremos na relação com a geração infantil. Somos responsáveis pela normatização, pela educação das novas gerações, portanto, não estamos no mesmo lugar que as crianças. À medida que se constituem espaços sociais que são responsáveis por um compartilhamento da educação das novas gerações - no caso a creche, a pré-escola e a escola, este passa a ser um processo inevitável. Porém, essa relação educativa vai se constituir por uma marca ou posição que, como já disse, pode se afirmar por uma subordinação maior ou menor das crianças. É através desta relação que eu vejo que podemos rediscutir a relação educativa das crianças e o lugar que elas ocupam nesta relação. O apelo que se faz é para que não se coloque estas questões num polo ou em outro, ou isso ou aquilo.

Luciane Simiano: **Ao longo dos últimos anos, em teus estudos, vens evidenciando as trajetórias de pesquisas e implicações pedagógicas na Educação Infantil. Poderias situar como esse cenário vem sendo desenhado atualmente no contexto brasileiro?**

Eloísa Rocha: Infelizmente vivemos num momento em que a ciência se vê exigida pela produção e aceleração. Na área de constituição de uma Pedagogia da Infância não vem sendo diferente. Atualmente, nos vemos obrigados a uma produção e publicação

aligeiradas. O tempo necessário para a pesquisa não vem sendo respeitado. Entendo que a pesquisa tem um tempo diferente da prática, porque ela requer tempo para gerar ideias, para confrontar conceitos e adensar novos conhecimentos. Eu acredito que há muitos erros de interpretação nas pesquisas porque há, também, muitas vezes, exigência por uma resposta direta, pragmática, nem sempre possível. Por exemplo, retomando o pressuposto da questão anterior, partimos da ideia que, ao teorizarmos sobre as orientações práticas para inserção de crianças pequenas em instituições educativas, nós teríamos que considerar que as crianças têm uma inserção social, cultural, portanto, tem uma infância. Ora, esta infância é desconhecida pela Pedagogia, que tradicionalmente toma como base crianças e alunos abstratos e homogêneos para perspectiva de sua intervenção. Entendo, então, que temos muita a conhecer para alimentar uma Pedagogia da Infância.

Luciane Simiano: Recentemente, na ANPED Sul, em 2012, apresentasse um trabalho muito interessante onde situas o lugar das pesquisas com crianças nos Estados dos sul do Brasil. Poderias comentar um pouco a respeito deste estudo?

Eloísa Rocha: Foi um trabalho interessante porque está havendo um crescimento estrondoso na pesquisa com crianças pequenas. Para se ter uma ideia, quando eu orientei um trabalho, nos anos 90, sobre as pesquisas com crianças de zero a três anos, na época minha orientanda encontrou treze dissertações e teses em todo o Brasil que tratavam de trabalhos a respeito da educação de bebês em espaços coletivos. Atualmente, estou com outra orientanda que está realizando um levantamento na produção de pesquisa sobre bebês, e ela encontrou cento e sete trabalhos. Isto falando só de zero a três anos. Então, se vê um aumento significativo nas pesquisas. Mas o que apareceu de mais interessante é algo que tem criado bastante polêmica no meu grupo. Indica que a necessidade do diálogo disciplinar na pesquisa em Educação Infantil não pode fazer com que nos percamos em campos que nos são alheios. Acredito que não podemos perder o diálogo com outras áreas, mas também não podemos perder de vista nosso objeto, que é a Pedagogia. O processo de apropriação da trajetória e de conceitos de outras áreas é algo que demanda muito esforço intelectual e estudo. Por exemplo, para mim, que sempre trabalhei com crianças pequenas, a Pedagogia é meu lugar, para dialogar com o campo de Psicologia e da Sociologia foi necessário muito esforço e busca de parcerias com teóricos e pesquisadores. Esse esforço

que eu vejo nas pesquisas sobre a infância, por um lado, vem sendo banalizado na produção mais recente. Considero que não possamos investigar a educação, as relações educativas com crianças, as produções culturais das crianças independentemente do contexto educativo, porque o nosso objeto é a educação das crianças. A produção da pesquisa de nossa área realmente vem focando em conhecer as crianças. Em nossas próprias pesquisas temos focado na produção cultural das crianças, ou falado na criança como foco, e até mesmo nos referido à criança como centro da atenção, porque entendemos que seria preciso romper com uma tradição adulto-centrada. Concluímos que, para estudar as novas gerações, a criança precisaria ser considerada nas relações, em como se dá a produção cultural das crianças na Educação Infantil. Com isso, acabamos puxando muito para um só lado. Hoje temos feito um esforço de, primeiro, marcar o contexto de pertencimento das crianças e, no conjunto da análise, cruzar as lógicas estruturais e estruturantes: a lógica da professora, do adulto, dos espaços e tempos destas relações, os materiais, etc., que determinam o processo educativo. Nesta direção, venho chamando a atenção para uma *volta para a casa*. O conhecimento sobre as crianças não pode nos afastar do nosso objeto. Porque vemos que muito se fala em cultura infantil, cultura de pares, etc., mas uma análise mais aprofundada destas pesquisas mostra que elas, mesmo sendo da educação, tomam a Sociologia e a isolam, não retornando para pensar as questões pedagógicas. Sei que isso é polêmico porque representa uma crítica e uma autocrítica dentro da própria área: é uma questão complicada, mas é uma questão necessária de ser informada e enfrentada, pois tudo aquilo que foi acumulado de contribuição não pode ser jogado fora. Assim, gosto de pensar que ir à outra área é como quando realizamos uma viagem e trazemos na experiência e mala coisas que passam a fazer parte de nós. De toda forma, assim como existem sociólogos estudando a Educação Infantil, existem pedagogos estudando Sociologia da Infância - devemos manter o diálogo, mas não podemos perder o objeto nosso foco: a Educação Infantil. A Pedagogia envolve a prática. Ela diferente de outros campos, é uma ciência, em certa medida, prescritiva. Nós, na Pedagogia, temos este compromisso de articular teoria e prática, de estudarmos para orientar a ação, e a nossa ação de investigação faz parte deste movimento permanente de articulação. Como pesquisadora, considero que tenho um compromisso direto com a prática educativa com as crianças, com o aqui e o agora. Eu me proponho a encarar esse compromisso de manter a reflexão teórica para pensar a ação e vice-versa.

RECEBIDO EM 15 DE ABRIL DE 2013.

APROVADO EM 20 DE MAIO DE 2013.